



DE UM DITADOR CIVIL AOS DITADORES MILITARES

Franciel José Ganancini*

Resumo: Este artigo aborda uma parte da história política do Brasil, situando o período compreendido entre os governos de Getúlio Vargas, a partir de 1930, e o golpe civil-militar de 1964. O referido período esteve marcado por profundas mudanças econômicas, políticas e culturais, seja no Brasil, seja no restante do mundo. No artigo abordaremos a ascensão de Getúlio Vargas, o seu relacionamento com os militares, bem como o fortalecimento das Forças Armadas e sua atuação na política brasileira do século XX.

Palavras-chave: Getúlio Vargas. Forças Armadas. Golpe de 1964.

1 Introdução

Getúlio Vargas foi, possivelmente, o personagem mais marcante da política brasileira ao longo do século XX. Figura polêmica, seu espectro permanece ainda hoje na política brasileira, principalmente quando se observa no atual governo elementos da retórica desenvolvimentista e da prática política trabalhista que remetem à figura de Getúlio Vargas. Nas décadas de 1950 e 1960, mesmo depois de sua morte, a política brasileira dividia-se entre os apoiadores do legado de Vargas e aqueles que combatiam o seu “populismo”. Não resta dúvida de que, embora tenham derrubado o presidente João Goulart, em realidade era Getúlio Vargas e seu legado que os militares tencionavam derrotar em 1964.

Discutiremos neste artigo uma parte da história política do Brasil, situando o período compreendido entre os governos de Getúlio Vargas, a partir de 1930, e o golpe civil-militar de 1964. No panorama a ser apresentado no artigo, abordaremos a ascensão de Getúlio Vargas, o seu relacionamento com os militares, bem como o fortalecimento das Forças Armadas e sua atuação na política brasileira do século XX.

2 O primeiro governo Vargas

O início da “Era Vargas” tem como marco a ascensão de Getúlio Vargas como chefe do governo provisório, em 1930. Iniciada com um golpe promovido por setores oligárquicos opositores ao bloco que vinha governando a Primeira República, o novo governo encontrou numerosas dificuldades. Surgido a partir de um golpe, sua sustentação estava diretamente

*Discente do Curso Técnico em Administração do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), *campus* Gaspar. Bolsista de iniciação científica no projeto “Planejamento estatal e desenvolvimento econômico em Santa Catarina (1964-74)”, coordenado por Michel Goulart da Silva e financiado pelo *campus* Gaspar do IFSC, por meio do Programa Institucional de Incentivo à Produção Científica e Inovação Tecnológica (PIPICIT).

associada a alguns setores das Forças Armadas, que se encontravam divididas por crises político-ideológicas internas. Por meio dessas tensões, que vinham ocorrendo desde as décadas anteriores, conhecendo revoltas como a tenentista (1922), pode-se identificar uma intensa atuação de diferentes forças políticas entre os militares, dificultando a construção de um consenso desejado por Getúlio Vargas.

Neste cenário conturbado, Vargas procurou acabar com a política dentro das forças armadas, principalmente no Exército, depurando-as de setores que a seu ver poderiam ser uma ameaça a seu poder. Para Góis Monteiro, aliado de Getúlio Vargas e principal liderança militar do período, a principal tarefa seria

fortalecer o Exército a ponto de torná-lo capaz de agir com independência, inclusive em relação a Vargas. Por isso, tornava-se necessário suprimir a infinidade de conflitos que minavam a organização militar. Segundo sua famosa expressão, era preciso acabar com a política no Exército para se poder fazer a política do Exército (CARVALHO, 1999, p. 59).

Com a depuração promovida por Getúlio Vargas e seus aliados militares, as forças armadas se transformaram em ator político homogêneo e aliado do governo, evitando, ainda que por um breve período, ameaças de desestabilização. Para isso, por um lado, promoveu-se a profissionalização das forças armadas, instituindo, entre outras reformas, a obrigatoriedade do serviço militar. Politicamente, de forma paralela às reformas, Góis Monteiro e seu grupo conseguiram, novamente com o apoio de Vargas, imporem-se como setor hegemônico dentro das forças armadas. Segundo Carvalho (1999, p. 64), “para que tal hegemonia se desse sem quebra da hierarquia, foi necessário substituir nos altos postos, sobretudo no generalato, os oficiais do antigo regime por elementos integrados ao novo esquema”.

Essa dinâmica de renovação da cúpula militar, que garantiu o apoio das forças armadas a Vargas, permitiu um grande fortalecimento de seu governo. Pode-se perceber, assim, a dependência mútua de ambas as partes, apoiando-se Getúlio Vargas nos generais Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra. Segundo Carvalho (1999, p. 65), para Vargas,

a liderança política de Góis, aliada à disciplina e à lealdade de Dutra, garantiram sua base militar. Quando necessário, usava um contra o outro, para os manter sob controle. Góis, particularmente, foi mantido sempre próximo, pois tinha maiores ambições políticas. De Dutra, nada havia a temer politicamente, e havia muito a ganhar, como a garantia do apoio militar.

Esse processo de fortalecimento das forças armadas esteve associado também à formulação de uma Doutrina de Segurança Nacional (DSN), impulsionada principalmente pela fundação da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949. O processo de elaboração dessa



doutrina, centrada no binômio segurança e desenvolvimento, deu-se no contexto de Guerra Fria, ou seja, está relacionada diretamente à proposição de uma ferramenta teórica que pudesse orientar as ações dos militares no combate ao comunismo. Por outro lado, ela enfatiza a necessidade de desenvolvimento econômico, a partir da intervenção estatal sobre a sociedade e a economia (SILVA, 2012, p. 73).

Depois de terminada a Segunda Guerra Mundial, houve importantes mudanças na conjuntura, a começar pela deposição de Vargas pelos militares. Naquele contexto,

com a redemocratização, o país retornou a uma normalidade constitucional e democrática que desconhecera por 15 anos. Partidos políticos foram criados, a censura foi extinta e o Congresso voltou a funcionar. Vargas perdeu o poder, mas a sua força política permaneceu inquestionável (D'ARAUJO, 1999, p. 98).

Embora Getúlio Vargas tenha temporariamente se afastado da presidência, em 1945, permaneciam existindo aspectos da estrutura de poder que havia sido montado durante o Estado Novo, em função das numerosas nomeações feitas pelo presidente, especialmente os interventores nos estados, e da base de apoio entre os trabalhadores, criando a imagem de “pai dos pobres”. Segundo Maria Celina D'Araújo (1999, p. 98), “em curtas palavras, Getúlio conseguiu a façanha de ser um ditador popular e querido por parcela significativa da população”.

3 A volta do ditador

Os discursos antigetulistas que permeavam a política brasileira, principalmente nas décadas de 1940 e 1950, apontavam para o risco de construção de uma “república sindicalista”, dado o profundo vínculo de Getúlio Vargas com os movimentos de trabalhadores. Em 1950, novamente no poder devido voto popular, Vargas deu vazão a um mandato que, apesar das intensas disputas, construiu sua imagem como a de um governo não apenas apoiado pelos trabalhadores, mas voltado à realização dos interesses dos sindicatos.

Colaboraram para a construção dessa representação de um governo voltado aos interesses dos trabalhadores algumas ações pontuais, como, em 1951, o “aumento do salário mínimo, o primeiro desde sua instituição, em 1940, e que chegou a alcançar 300% em algumas regiões do país” (D'ARAUJO, 1999, p. 110). Contudo, apesar desse tipo de ação, não se pode afirmar que Vargas contou com o apoio integral dos sindicatos, principalmente se for levado em conta que procurou construir um governo de conciliação entre os mais variados setores políticos, nos primeiros anos de seu mandato.

Um marco apontado por parte da historiografia, e que teria iniciado um período “sindicalista” de seu governo, seria em 1953, quando nomeou João Goulart para o Ministério do Trabalho. Contudo, seu governo não deixou de ter ministros conservadores. Além disso, a presença de João Goulart como ministro não significou uma relação fácil ou mesmo o apoio dos sindicatos ao seu governo (D'ARAUJO, 1999, p. 111).

Nessa conjuntura Vargas não possui o mesmo apoio entre os militares do período anterior de governo. Segundo José Murilo de Carvalho (1999, p. 76), “não havia mais lugar para tenentistas. Seus antigos amigos tenentes eram agora seus inimigos gerais. E também não era mais tão fácil jogar com as ambições de generais, lançando uns contra os outros”.

Vargas procurou equilibrar seu governo entre interesses antagônicos, tentando costurar alianças com setores conservadores e com a esquerda. Assim, ao mesmo tempo em que procura construir alianças com membros da burocracia dos sindicatos, em parte vinculada ao PTB e ao PCB (partido que nesse período se encontrava na ilegalidade), também procura atrair apoio dos militares, onde predominava um ideário marcado fortemente pelo anticomunismo. Dessa forma,

Vargas, desde o início do governo, veiculou que procuraria o equilíbrio e a conciliação entre todas as correntes políticas. Para tanto, formou um ministério com a participação de todas as facções políticas, contemplando inclusive a UDN, sem assumir compromissos partidários, nem mesmo com o PTB, partido pelo qual dizia ter mais afinidade (D'ARAUJO, 1999, p. 104).

Em função disso, pouco a pouco, Vargas perdeu parte de suas bases de apoio, passando a sofrer forte pressão por parte de setores militares. Essa situação se agravou com a crise social que interferiu em diferentes âmbitos, como as lutas dos trabalhadores e mesmo as disputas parlamentares, obrigando Getúlio Vargas a fazer opções políticas que poderiam colocar em risco os tênues apoios que ainda possuía. Nesse contexto, o suicídio, em 24 de agosto de 1954, pode ser interpretado como uma forma de responder às pressões dos setores conservadores, especialmente da cúpula militar, cedendo às pressões de seus opositores. Em sua carta-testamento, afirma:

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar a não ser o meu sangue. (...) Cada gota do meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência (...) Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não será escravo de ninguém. (...) Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História (D'ARAUJO, 1999, p. 114).



Nesse momento, morria o homem Getúlio Vargas e colocava-se para a história política brasileira o mito Getúlio Vargas. Embora morto, Getúlio Vargas permanecia vivo na política brasileira, afinal sua ideologia, marcada pelo desenvolvimentismo e pelo nacionalismo continuou a influenciar governos, como os de Juscelino Kubistchek e João Goulart. Este último, principalmente, assumiu a imagem de principal herdeiro do legado getulista, assumindo inclusive o controle do PTB (D'ARAUJO, 1996, p. 93-5).

O governo João Goulart, a partir de 1961, esteve marcado pela a instabilidade política, ganhando proporções quase históricas os discursos que alertavam para uma suposta ameaça de “revolução comunista”.¹ Nesse cenário, o governo de João Goulart oscilava entre atender os interesses das esquerdas e negociar ações pontuais com a oposição no Congresso Nacional. Em alguns momentos, o aprofundamento dessa crise levou a que mesmo as esquerdas assumissem posições de oposição a João Goulart, reivindicando a realização das reformas de base, especialmente a reforma agrária.

Essas tensões políticas colocaram no cenário político a possibilidade concreta de um golpe. A direita acusava a esquerda de ser golpista, enquanto a esquerda denunciava as conspirações militares que nas décadas anteriores vinham tentando derrubar as experiências democráticas no país. O golpe, sobre o qual se falava abertamente, parecia iminente, especialmente depois da tentativa frustrada de estado de sítio por parte de João Goulart, no final de 1963.

Após a realização do Comício da Central e de João Goulart ter assumido enfaticamente o compromisso de realizar as reformas de base, superando as hesitações dos meses anteriores, não resta muito a fazer. O golpe já estava em marcha e não havia tempo, e aparentemente nem vontade, de organizar a resistência a partir da organização dos movimentos sociais. Para piorar a situação de João Goulart, a anistia aos marinheiros revoltosos, em 1964, foi considerada pelos militares uma afronta à hierarquia e mesmo à rígida moral da corporação.

Por fim, em 1º de abril de 1964, misturando no mesmo discurso elementos nacionalistas, conservadores e de simbolismo religioso, militares e civis de direita executam o golpe de Estado, sem que houvesse resistência por parte da esquerda.

4 O governo civil-militar

O golpe ocorrido em 1964, embora derrubando o governo de João Goulart, visava em

¹ As considerações que seguem acerca do governo João Goulart são baseadas em Ferreira (2003).



realidade acabar com o getulismo na política brasileira. Inicialmente, no âmbito da política econômica, os militares no poder fizeram um governo que tentava equilibrar as contas públicas e, para isso, efetuar uma política de contenção de gastos públicos. Contudo, inicia-se por volta de 1967 uma nova política de investimentos públicos, centrado no planejamento estatal e no crescimento econômico. Essa mudança na política macroeconômica redundou no chamado “milagre econômico” e, nos planos de governo, conceitos anteriormente utilizados pelo varguismo aparecem nos “planos de desenvolvimento” elaborados pelos ditadores militares (EARP & PRADO, 2003).

Depois do golpe, a resistência por parte das esquerdas deu-se de diferentes formas. Uma parcela, na segunda metade da década de 1960, jogou-se na luta armada, mas foi derrotada e rapidamente fragmentou-se em dezenas de pequenos grupos. Outra parcela da esquerda decidiu pelo caminho “pacífico”, priorizando a intervenção parlamentar no Congresso Nacional, utilizando a legenda do MDB, o partido de “oposição consentida” durante a ditadura. Outra forma de resistência, que não fazia uso da luta armada, foi a organização política por meio do movimento sindical, controlado de perto pelo regime repressivo.

Com o “milagre brasileiro”, a ditadura procurou construir uma imagem de positividade do regime, grandes eventos públicos de promoção das ações do regime e, principalmente, das “conquistas da revolução” no âmbito da economia e a estabilidade no regime político. Contudo, a partir de 1974, o cenário ganhou outros contornos, na medida em que o crescimento econômico artificial dos “anos de ouro” não se sustentava e o “inimigo comunista” estava derrotado. Portanto, entrou-se numa situação em que o crescimento econômico havia se desacelerado, que existiam poucos “inimigos comunistas” a caçar e no qual houve um aumento na desigualdade entre os setores mais ricos e os setores mais pobres (EARP & PRADO, 2003).

Nesses anos inicia-se o processo, a ser consolidado na década de 1980, em que a memória social acerca da ditadura modifica-se. Muitos setores, principalmente as classes médias urbanas, que tinham se empolgado pelo crescimento dos anos do “milagre brasileiro”, passaram a criticar a ditadura. Na memória coletiva construída acerca do período apagavam-se o entusiasmo passado pela ditadura, passando a construir a imagem daquele período como “anos de chumbo”. Portanto, na disputa pela memória entre os “anos de ouro” e os “anos de chumbo” a sociedade fez a opção por lembrar a ditadura a partir da segunda perspectiva, mesmo aqueles que o viveram entusiasmados pelas “conquistas” no âmbito pessoal e familiar,



como o financiamento de casa própria (CORDEIRO, 2009).

Com o passar do tempo, trocaram-se os papéis: muitos que eram tidos como heróis se tornaram vilões e aqueles que eram tidos como vilões passaram a ser vistos como vítimas de uma repressão desmedida.

5 Considerações finais

Getúlio Vargas foi uma das principais figuras políticas, no Brasil, ao longo do século XX. Quando não ocupava o cargo de presidente da república ou mesmo depois de sua morte, sua influência se fez sentir nas disputas políticas, criando campos opostos entre os seus apoiadores e os seus opositores.

O golpe civil-militar de 1964 teve diferentes raízes na “revolução de 1930”, pois esta ruptura institucional foi um processo importante na estruturação e no fortalecimento das forças armadas como ator político. Também foi a partir desse momento que Getúlio Vargas entrou no cenário político nacional, construindo uma trajetória que ganhou vida própria no chamado getulismo.

Essa é uma manifestação ideológica que se tentou derrotar sem sucesso no golpe de 1964, possibilitando o desenvolvimento de um projeto de interdependência com os Estados Unidos, em um cenário de Guerra Fria. Contudo, contraditoriamente, após 1964, os próprios militares foram obrigados a apostar numa política semelhante àquela executada pelos governos desenvolvimentistas, levando para sua retórica elementos do discurso trabalhista que tinham procurado derrubar com o golpe.

FROM A CIVIL DICTATOR TO MILITARY DICTATORS

Abstract: This article discusses some of the political history of Brazil, closing the period between Getulio Vargas's governments, in 1930, and civil-military coup in 1964. This period was marked by deep economic, political and cultural changes, both in Brazil and in the world. In this article we discuss the rise of Getulio Vargas's government, his relationship with the military, as well as the strengthening of the armed forces and its role in the twentieth century Brazilian politics.

Keywords: Getúlio Vargas. Military Forces. Coup of 1964.

Referências

CARVALHO, José Murilo. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. In: D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). **As instituições brasileiras na Era Vargas**. Rio de Janeiro: UERJ: FGV, 1999.



CORDEIRO, Janaína Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. **Estudos Históricos**, v. 22, n. 43, p. 85-104, 2009.

D'ARAUJO, Maria Celina. Nos braços do povo: a segunda presidência de Getúlio Vargas. In: D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). **As instituições brasileiras na Era Vargas**. Rio de Janeiro: UERJ: FGV, 1999.

D'ARAUJO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma e poder: O PTB de 1945 a 1965**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

EARP, Fábio Sá; PRADO, Luiz Carlos Delorme. O “milagre brasileiro”: crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de Renda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4.

SILVA, Michel Goulart da Silva. **“Crescer com o Brasil”**: planejamento, modernização e utopia de desenvolvimento. Dissertação (Mestrado em História), UDESC, 2012.